ILAESE
Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos
www.ilaese.ogr.br

CONTRA-CORRENTE
A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais
Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE
Ano 12, N° 92 - Julho de 2022

UM RAIO-X DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL *após a Reforma Trabalhista*

Com o objetivo de contribuir para compreender as mudanças na classe trabalhadora após a aprovação da Lei 1346, o ILAESE elaborou um estudo intitulado "Os Impactos da Reforma Trabalhista de 2017 na Estrutura Sindical Brasileira".

Neste número do Contracorrente, nos baseamos no primeiro capítulo do material para socializar uma importante análise sobre essas modificações recentes. Para ter acesso à pesquisa completa, acesse Ilaese.org.br.

Boa leitura!

1. *Para além do* desemprego oficial

Um elemento marcante no perfil da força de trabalho no Brasil é a dimensão do exército industrial de reserva. Nesta categoria incluímos não somente os desempregados, mas toda a massa de pessoas aptas a trabalhar que está fora do mercado formal.

Para que pudéssemos encontrar esse número, espelhando de fato a realidade de nosso país, um dos indicadores considerados foi o pagamento de contribuição previdenciária dos chamados autônomos. Muitos subempregados, por não terem um contrato formal de trabalho são considerados autônomos, o que camufla a realidade de precariedade em que se encontram.

Mais da metade das pessoas aptas a trabalhar está sem emprego ou subempregadas, como mostra o gráfico acima. Entendemos por subemprego as funções que não possuem um contrato de compra e venda da força de trabalho, o que gera instabilidade e intermitência na função.

Em nosso país, o problema da informalidade sempre foi um tema de debate e algumas políticas foram propostas na tentativa de reverter esse quadro. Nos anos de maior estabilidade econômica, com o crescimento a partir da venda das commodities, criou-se uma falsa sensação de que caminhávamos no sentido de uma estruturação do Brasil e, consequentemente, das relações de trabalho.

Porém, os números nunca confirmaram uma mudança qualitativa. E com a crise que se abriu entre os anos de 2012 e 2013, ficou nítida a fragilidade dessas relações e como a classe trabalhadora foi rapidamente empurrada para uma situação de maior precariedade.

O número de pessoas em trabalhos assalariados formais só caiu em nosso país, enquanto o número de pessoas sem emprego aumentou cada vez mais. E é em função desse cenário, que os capitalistas se sentem tão confortáveis para propor mudanças regressivas nas relações de trabalho, como a Reforma Trabalhista. Agora considere a seguinte tabela:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
População	200.448	202.187	203.871	205.500	207.075	208.594	209.496	211.652
Autônomos, pequenos e grandes proprietários	16.472	16.393	16.243	15.653	16.651	17.229	19.373	14.323
Trabalho Assalariado	48.948	49.572	48.061	46.060	46.282	43.181	42.343	42.441
Subempregados	33.675	32.653	32.255	31.240	34.449	33.621	36.486	28.023
Sem Emprego	36.080	38.333	42.278	47.089	44.073	48.612	45.090	63.397
Aposentados que não trabalham	24.335	25.079	25.507	26.329	26.908	27.322	27.796	28.178
Fora da idade de trabalhar	40.937	40.158	39.527	39.129	38.713	39.629	38.408	35.290

Fonte: SPC Brasil, DATAPREV, CNIS, IBGE, RAIS.
Elaboração: ILAESE

Observem o número de pessoas fora da idade para trabalhar. Percebam como esse número vem reduzindo ao longo dos anos. Isso significa muita coisa para o Brasil. A primeira delas e mais óbvia é que nossa sociedade está envelhecendo. Ou seja, com o passar dos anos temos mais adultos do que crianças e, consequentemente, teremos mais idosos em nossa sociedade. Essa mudança na pirâmide etária brasileira é um fator que temos de levar em consideração em nossas análises sobre a classe trabalhadora e as mudanças nas relações de trabalho. Sabendo que, por um lado, o número de trabalhadores assalariados tem caído e, por outro lado, tem aumentado a massa de pessoas sem emprego e na informalidade, percebemos que nossos jovens já entram no mercado de trabalho em situação de precariedade.

2. *Carteira Verde Amarela:* falsa solução para problema real

A Medida Provisória (MP) 905 visava justamente a contratação de jovens em busca do primeiro emprego sem o respaldo dos direitos trabalhistas. O resultado foi legalizar a precariedade com o rótulo de formalidade e, não por acaso, tal medida foi duramente rechaçada pelo movimento de trabalhadores.

Apenas 0,25% dos contratos no período de janeiro a abril de 2020 foram feitos com a Carteira Verde Amarela, ou seja, 13 mil pessoas aderiram a esse formato de contrato de trabalho. As justificativas do governo para o fracasso foram várias, desde a não aprovação da MP como Lei até a pandemia.

Os trabalhadores em idade para se aposentar, como sabemos, já haviam tomado um duro golpe com a Reforma da Previdência. E a mudança na pirâmide etária brasileira vai trazer ainda mais consequências, pois teremos um contingente grande de idosos que não se aposentarão e continuarão trabalhando.

E é parte do argumento do governo essa mudança na composição da sociedade brasileira para a mudança na aposentadoria. Ou seja, eles têm consciência da anatomia da força de trabalho no Brasil e operam com esses dados para atacar os trabalhadores.

A intenção da burguesia brasileira e internacional é que essa precariedade se aprofunde, uma vez que permite um controle maior sobre os trabalhadores.

3. *É tudo resultado* da pandemia?

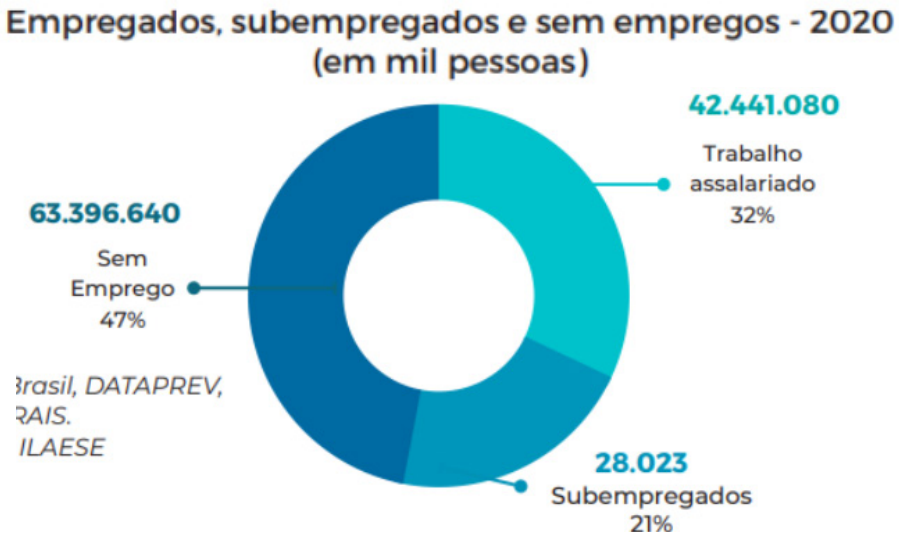
Mesmo diante dos fatos trazidos anteriormente, o leitor pode se perguntar se a precariedade não é fruto da pandemia. De fato, o governo Jair Bolsonaro vem usando o argumento de que a piora na vida da população se deve às medidas de isolamento social. Isso é falso, mas é importante entender por quê.

Com o fechamento do comércio sem auxílio aos pequenos comerciantes, com a paralisação de algumas atividades por um determinado período e ao mesmo tempo a permanência de atividades que foram consideradas essenciais e que resultaram na morte de milhares de pessoas, os números do desemprego e da fome aumentaram.

No entanto, já entramos na pandemia necessitando de amparo, com as ferramentas mais frágeis do que possuíamos no período anterior; com a flexibilização das relações de trabalho, nas quais o negociado vale mais que o legislado e com isso, com muito mais facilidade para demissões. Com um governo que havia acabado de implementar a MP da Carteira Verde Amarela, pressionando para que virasse Lei.

Em um ano saltamos de 45 milhões de pessoas sem emprego para 63 milhões. Frente a esses números, fica nítido porque houve mais de 100 milhões de pedidos de auxílio-emergencial. Também percebemos como foi insuficiente o número de auxílios concedidos pelo governo para conter a fome e a miséria.

Se houve um grande movimento de ataque aos trabalhadores, através das medidas provisórias que viabilizaram a suspensão do trabalho com uma contrapartida governamental, o que foi feito dos trabalhadores que não tinham um vínculo formal de trabalho? Com o grande ataque prévio ao trabalho formal, foi preciso apenas não fazer nada.



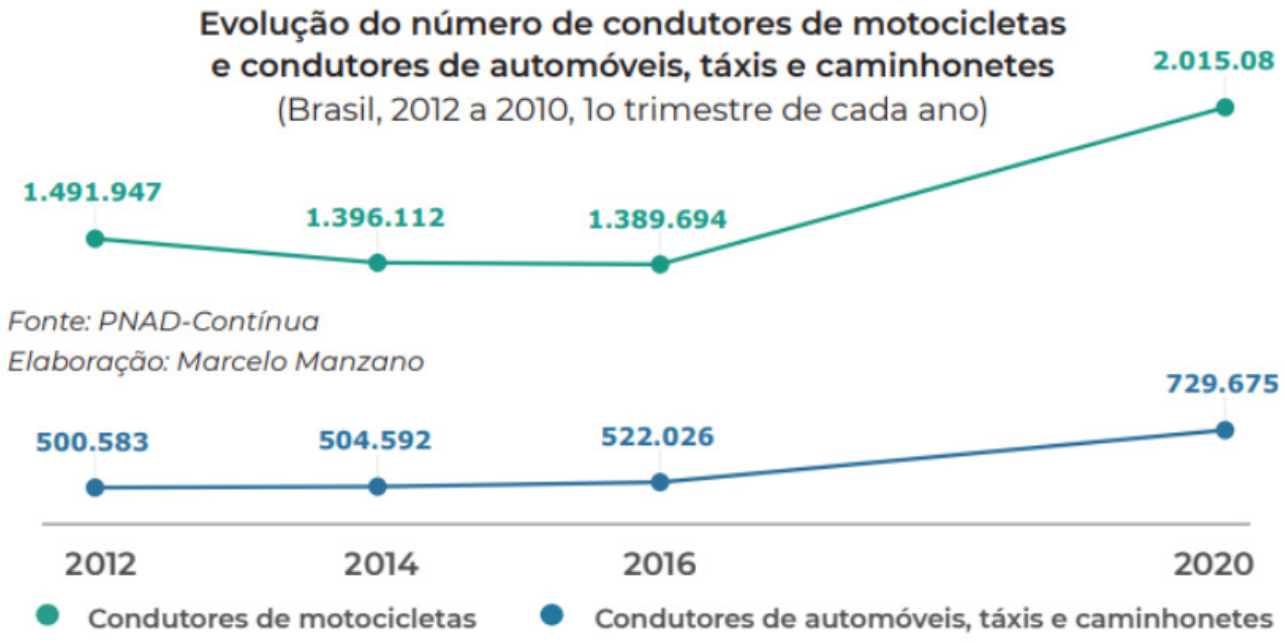
Deste modo, em 2020 a soma de subempregados e sem emprego superou de longe o número das pessoas classificadas como trabalhadores assalariados. As pessoas buscaram as alternativas disponíveis.

4. Relações de trabalho *e "uberização"*

Ferramentas como Uber Eats, iFood e Rappi atraíram os trabalhadores durante a pandemia e se apresentaram como uma alternativa de sobrevivência. A viabilidade de trabalhar nesses serviços permitiu encontrar uma solução temporária à falta de emprego, ainda que as relações trabalhistas não sejam respaldadas por proteção ao trabalho.

De acordo com estudo de Marcelo Manzano e André Krein, a partir da PNAD 2019, desde 2012 o crescimento desse contigente foi contínuo. Mas o salto entre 2019 e 2020 é inegável, especialmente entre os condutores de motocicleta.

Se levarmos em consideração que a motocicleta é o veículo preferido para entregas, por ser mais fácil de adquirir pelo seu valor, por gastar menos combustível e por facilitar a agilidade, compreenderemos a natureza do salto.



Mesmo entre os motoristas de automóveis, o aumento foi visível e se explica pelo aumento de trabalhadores na condução de passageiros. Nitidamente temos um polo atrativo para essa massa de pessoas sem emprego ou na informalidade. Se olharmos a faixa etária de pessoas dedicadas a essas funções, percebemos que os mais jovens se concentram entre entregadores e motoboys, reforçando a tendência que já havíamos apresentado anteriormente sobre a entrada destes no mercado de trabalho.

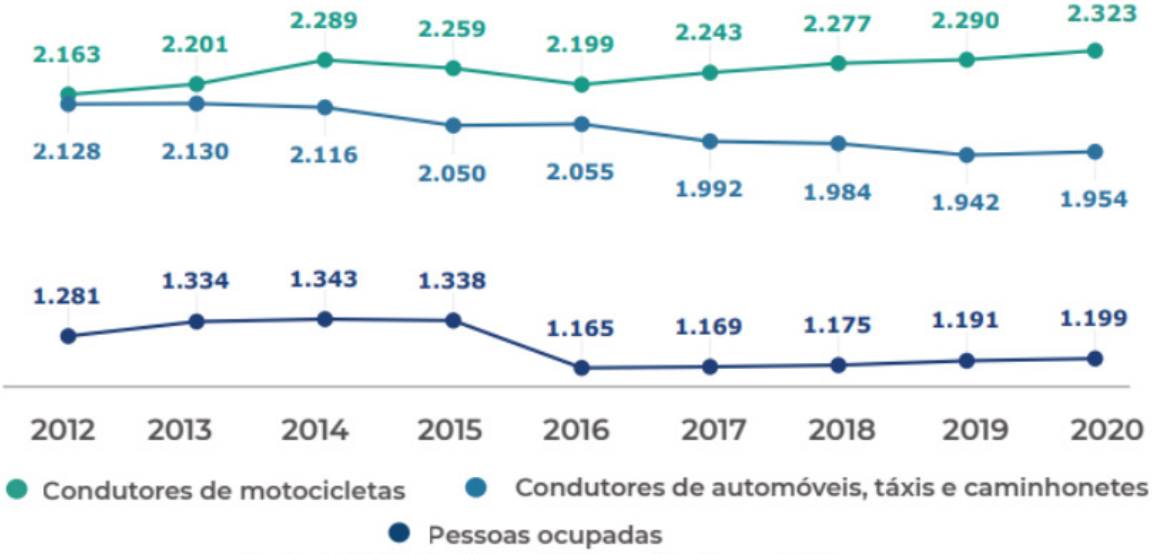
Motoristas, motoboys e entregadores de mercadorias por faixa etária
(Brasil, maio de 2020)

Faixa Etária	Motoristas	Motoboys	Entregadores	Pessoas ocupadas
14 a 19 anos	0,30%	6,40%	5,40%	3,10%
20 a 29 anos	14,10%	40,10%	35,20%	22,30%
30 a 39 anos	27,70%	28,50%	30,40%	28,00%
40 a 49 anos	28,90%	18,10%	16,80%	23,80%
50 a 59 anos	19,70%	5,30%	8,20%	16,10%
69 anos ou mais	9,40%	1,50%	4,00%	6,60%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PNAD-Contínua Elaboração: Marcelo Manzano

É de se notar que a entrada dessas pessoas nesse ramo de trabalho fez com que o rendimento médio do trabalho principal caísse:

Rendimento médio real mensal habitual do trabalho principal
(Brasil, 2012 a 2010, 1o trimestre de cada ano)



Fonte: PNAD-Contínua Elaboração: Marcelo Manzano

Por fim, mas não menos importante, em nosso país a precariedade tem cor e no fenômeno do trabalho em aplicativos não seria diferente. Homens negros são majoritários entre os trabalhadores de entrega e motoboys e o número em 2020 foi expressivo. Sabemos que a opressão racial no Brasil é parte desse cenário de desamparo, precariedade e miséria na qual a classe trabalhadora é submetida a cada dia.

Motoristas, motoboys e entregadores de mercadorias por sexo e raça
(Brasil, maio de 2020)

Sexo/Raça	Motoristas	Motoboys	Entregadores	Total	Pessoas ocupadas
Total	2.134.925	271.698	645.899	3.052.522	84.404.201
Homens	94,90%	97,00%	93,80%	94,80%	57,20%
Mulheres	5,10%	3,00%	6,20%	5,20%	42,80%
Brancos	39,80%	32,90%	37,30%	38,70%	46,50%
Negros	58,80%	65,80%	61,70%	60,00%	52,30%

6. Algumas *conclusões*

Se no início a falta de regulamentação do trabalho apareceu como uma liberdade para o trabalhador, a realidade cobrou um preço. Com baixos rendimentos e falta de assistência, esses indivíduos passaram a se reconhecer enquanto trabalhadores e não mais como empreendedores. Perceberam que a luta coletiva era o caminho para que pudessem superar as debilidades e a precariedade.

Esse movimento traz consigo um conjunto de reflexões acerca do desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil e o papel que as organizações classistas de mais tradição têm. Em nosso país temos uma massa de trabalhadores que não estão em empregos formais e consequentemente, não são representados pelo movimento sindical. No entanto, a existência desse conjunto de pessoas é parte da pressão que os capitalistas podem fazer contra os trabalhadores formais como demonstramos.

Como enfrentar a retirada de direitos se a grande maioria nem direitos tem? O movimento dos trabalhadores tem uma tarefa: lutar para unir forças com essa massa de pessoas sem emprego ou subempregada. É uma forma fundamental de enfrentar, inclusive, os ataques contra o movimento sindical que vem dos governos e patrões. A força da classe trabalhadora encontra-se exatamente na sua união, em sua coletividade.

ILAESE
Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

ilaese.org.br

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.